

FORMAÇÃO E POSTURA DOCENTE FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E AS DIVERSIDADES ENCONTRADAS EM SALA DE AULA.

Teacher training and attitude towards learning difficulties and the diversities found in the classroom.

Karina Leão de Mello¹
Lucas Eustáquio de Paiva Silva²
Luciano Borges Muniz³
Ozânia Faria Andrade Oliveira⁴

RESUMO

Este estudo propõe a análise das relações entre a formação docente, inicial e continuada, e as percepções docentes cotidianas em sala de aula ligadas às dificuldades de aprendizagem. Buscando estabelecer uma relação entre as trajetórias formativas de professores e a forma como esses profissionais atuam no cotidiano, o artigo privilegia a discussão sobre as dificuldades de aprendizagem presentes no ambiente escolar e a maneira como os professores percebem e lidam com elas. Este estudo se desenvolveu com a realização de entrevistas semiestruturadas feitas com 33 professoras que atuam na Educação Básica nos segmentos da Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Os resultados apresentados no texto trazem reflexões sobre em que medida a formação docente impacta e influencia na forma como as dificuldades de aprendizagem são vistas e vivenciadas nas escolas onde os docentes participantes deste estudo atuam. Enfocando a crescente postura de patologização das dificuldades de aprendizagem, o estudo sugere que a consideração das diversidades pode colaborar para uma melhor postura dos professores frente aos processos pedagógicos.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Professores. Dificuldades de Aprendizagem. Diversidades.

ABSTRACT

This study proposes the analysis of the relationships between initial and continuing teacher training and everyday teacher perceptions in the classroom linked to learning difficulties. Seeking to establish a relationship between the training trajectories of teachers and the way these professionals work in their daily lives, the article focuses on discussing the learning difficulties present in the school environment and the way teachers perceive and deal with them. This study was developed by conducting semi-structured interviews with 33 teachers who work in Basic Education in the Early Childhood Education and Elementary Education segments. The results presented in the text bring reflections on the extent to which teacher training impacts and influences the way learning difficulties are seen and experienced in the schools where the teachers participating in this study work. Focusing on the growing pathologization of learning difficulties, the study suggests that considering diversity can contribute to a better attitude among teachers towards pedagogical processes.

KEYWORDS: Training. Teachers. Learning difficulties. Diversities.

¹Graduada em Pedagogia e Matemática e Mestre em Educação pela Universidade de Itaúna.

²Graduado em Pedagogia e História. Mestre em Educação pela PUC/Minas e Doutor em Educação UFMG.

³Graduado em Pedagogia e História. Mestre em Ciências Sociais e Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/Minas.

⁴Graduada em Pedagogia pela Faculdade FAMART. Especialista em Atendimento Educacional Especializado

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores está entre os temas mais estratégicos nos estudos desenvolvidos na área da educação na atualidade. A forma como os professores estão se preparando para atuarem em sala de aula é de interesse central nos estudos sobre a escola e sobre os processos educativos. Essa centralidade se dá pelo fato de que muitos dos outros assuntos ligados à educação se relacionam diretamente com o perfil da formação dos professores. Tanto na fase em que esses profissionais estão tendo sua primeira experiência formativa no campo da educação em suas graduações ou mesmo em suas trajetórias de formação continuada.

Em outras palavras, os estudiosos da educação têm observado que a formação dos professores tem relação direta com os resultados das práticas profissionais em sala de aula. Tem-se percebido que essas práticas docentes refletem em importantes dimensões educacionais, com destaque para o desempenho escolar dos alunos. O que se observa é que a forma como os professores aprendem que devem desenvolver suas aulas, avaliar, se relacionar com seus alunos e com seus pares, e a maneira como vão conduzir suas atuações nas práticas pedagógicas, influenciam diretamente nos resultados do trabalho dos profissionais da educação e mais diretamente nas trajetórias, oportunidades educacionais e no desempenho dos alunos.

A consolidação do interesse pela formação docente no meio acadêmico, na concepção de Prado (2013), resulta exatamente do reconhecimento da relação existente entre o professor em suas práticas cotidianas e os resultados advindos dos processos de ensino. Da mesma forma, Ribeiro e Miranda (2019) apontam que o meio acadêmico reconheceu o quanto podem ser promissoras as contribuições que podem surgir dos estudos sobre a formação e profissão docente para que se compreenda uma série de outros elementos que compõem as muitas questões que envolvem a docência e os processos de ensino e aprendizagem.

2 DESENVOLVIMENTO

O campo de estudos sobre a atuação docente é vasto e bastante complexo. O interesse a esse tipo de conhecimento deve levar em conta interesses tão variados que dificilmente a prática docente será entendida apenas observando o que acontece em sala de aula. A atuação docente se faz primeiro pelo perfil de cada profissional da educação e, especialmente, pela fase de formação dos alunos de graduação nas licenciaturas. Tempo em que esses profissionais têm a oportunidade de configurar e definir, além da observação constante da prática dos professores dos cursos, o que servirá como referencial para pensarem em suas atuações futuras como professores. Nesse sentido, o tipo de estrutura curricular que compõe os cursos de licenciaturas é um aspecto dos mais

importantes para influenciar a atuação futura dos professores.

Embora bastante relevante, as estruturas curriculares de cursos de formação de professores não têm sido construídas de forma a contemplar o que se reconhece como essencial para a área educacional. No que se refere aos cursos de pedagogia, como aponta Gatti (2010), observa-se a dificuldade de configuração da estrutura curricular em função da diversidade de propósitos que esses cursos apresentam. A fragmentação formativa observada nas estruturas curriculares analisadas pela autora se deve, ao menos em parte, em função dessa característica. Os graduandos dos cursos de pedagogia se matriculam em cursos que se propõem a habilitar pessoas a atuarem em uma variedade de espaços e situações que acabam por dificultar uma certa identidade de matriz curricular no sentido de trazer os conteúdos fundamentais para a formação do profissional da pedagogia.

As pessoas habilitadas em pedagogia podem atuar como professores na Educação Infantil, como professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio na modalidade normal, como pedagogos ou em outras esferas de gestão escolar, além de se habilitarem para diversas outras ocupações no crescente campo da Pedagogia em Instituições não escolares. Dessa forma, é flagrante as dificuldades da definição de uma estrutura curricular que dê conta de uma boa preparação técnica para um profissional que pode atuar de forma e em espaços tão variados.

Desse cenário desponta um dos principais desafios da formação de professores no Brasil na atualidade. A falta de clareza sobre onde e como ocorrerá a atuação dos professores em formação é um dos elementos que dificultam a assertividade na escolha de conteúdos a serem estudados e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos professores em fase de formação. Deriva desse problema, um outro problema de caráter formativo que reflete diretamente nas práticas docentes. O pouco espaço dado às disciplinas pedagógicas nos cursos de licenciatura tem feito com que muitos professores saiam da faculdade com uma preocupação excessiva com os conteúdos específicos de sua área de formação em detrimento dos conteúdos e reflexões pedagógicas.

Embora esse não seja um problema dos cursos de pedagogia, que é uma exceção em meio aos outros cursos de licenciatura, inequivocamente percebemos os desafios que existem na estruturação dos componentes curriculares dos cursos de licenciatura. Em um cenário social em que as exigências em torno da atuação dos professores se ampliam e se diversificam cada vez mais, não é tarefa fácil ser assertivo na seleção de quais são os conteúdos mais relevantes para compor a matriz curricular da formação de professores na atualidade.

Para Arroyo (2008), a pedagogia vem dando maior atenção a questões que não são observadas na medida da necessidade adequada em outros cursos de formação de professores. Ainda assim, existem desafios a serem superados mesmo no contexto dos cursos de pedagogia no

que se refere ao tratamento de temáticas relacionadas às desigualdades sociais e educativas. Estas últimas se relacionam diretamente com as dificuldades e desafios que o processo de aprendizagem apresenta. A proposta de Arroyo (2008) é que os cursos de formação de professores invertam a lógica de suas propostas formativas, colocando as diversidades como ponto de partida.

Nesse ponto talvez esteja o maior desafio dos cursos de licenciaturas brasileiros já que a escolha dos conteúdos a serem estudados pelos alunos sempre traz a necessidade de preterir alguns outros conteúdos também importantes e que poderiam compor a estrutura curricular desses cursos. O lugar que as diversidades e as dificuldades de aprendizagem aparecem nessas propostas curriculares deve ser avaliado. Aqui nesse ponto, o leitor pode estar inquieto com o uso intercambiável dos conceitos de dificuldades e diversidades.

Esse uso se justifica na perspectiva de tratar as dificuldades como algo esperado em meio aos processos de aprendizagem, como sugere Chabanne (2006), em uma lógica que será apresentada mais a frente neste artigo. Por ora, basta saber que as dificuldades de aprendizagem podem ser melhor compreendidas e atendidas se colocarmos esse aspecto no campo das diversidades. O entendimento de que as pessoas aprendem de forma e por caminhos e tempos diferentes pode ser um excelente elemento para o trabalho efetivo com as manifestações das variadas dificuldades encontradas nos contextos educativos.

A nós, parece claro que a presença e importância dada as disciplinas de caráter pedagógico nos cursos de licenciatura é fundamentalmente estratégico para um melhor trabalho docente com relação às dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, a busca pelo equilíbrio entre conteúdos pedagógicos e específicos de cada área e também entre conteúdos teóricos e práticos, está entre os esforços empreendidos pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação em licenciatura para a construção de cursos que consigam ser úteis e efetivos na formação de professores para uma sociedade e um campo de atuação que exigem cada vez mais desses profissionais.

O desafio está na busca por uma boa formação teórica que dê conta das discussões e conteúdos relevantes da área ao mesmo tempo em que traga formação prática, garantindo aos estudantes de licenciaturas oportunidades de se prepararem bem teoricamente ao mesmo tempo em que tenham experiências práticas ou simuladas para testarem a aplicação desses conhecimentos em realidade escolares reais. Por isso importa uma estrutura curricular que contemple as demandas sociais da contemporaneidade.

Nesse sentido não pode mais existir cursos que preparam pessoas para atuarem em escolas como docentes que não abordem e deem relevância para temas como educação ambiental, diversidade, questões étnico-raciais, tecnologia, educação especial, inteligência emocional, noções

de direito, funcionamento das instituições políticas, finanças, ética, direitos humanos, entre tantos outros temas caros ao projeto de cidadania que objetivamos desenvolver no ambiente escolar. Alguns desses conteúdos inclusive já estão previstos em lei e devem ser desenvolvidos obrigatoriamente no contexto da educação brasileira. Muitos outros desses conteúdos ainda precisam dessa regulamentação.

Em nosso país temos uma grande tradição de cursos de formação de professores com ênfase em perfis conteudistas em detrimento de conteúdos pedagógicos. (GATTI, 2010). Esse aspecto se observa especialmente nas outras licenciaturas diferentes da pedagogia. Essa característica pode ser um dos fatores que colaboram para que não haja o espaço necessário para os temas de importância social como os citados anteriormente. Ainda que alguns deles já estejam previstos por força da lei. Esse aspecto acaba por criar professores bastante envolvidos com os conteúdos e questões próprias de suas disciplinas e áreas de formação e, conseqüentemente, distantes das questões estratégicas e importantes da Educação Básica e da educação de forma geral. Nas palavras de Gatti (2010)

A forte tradição disciplinar que marca entre nós a identidade docente e orienta os futuros professores em sua formação a se afinarem mais com as demandas provenientes da sua área específica de conhecimento do que com as demandas gerais da escola básica, leva não só as entidades profissionais como até as científicas a oporem resistências às soluções de caráter interdisciplinar para o currículo, o que já foi experimentado com sucesso em vários países. (GATTI, 2010, p.1375).

O perfil de professores que tem sido construído nas licenciaturas nos cursos das universidades e faculdades brasileiras tem feito com que as escolas brasileiras contem com profissionais pouco envolvidos com propostas pedagógicas que extrapolem suas práticas individualizadas e também que envolvam assuntos, demandas e projetos que não se refiram especificamente às suas disciplinas. Essa tendência, embora já demonstrando algum sinal de esgotamento e transformação, ainda é predominante entre a prática dos professores do nosso país.

É preciso combater essa tendência, sobretudo porque as nossas salas de aula se apresentam atualmente como espaços desafiadores que questionam nossas formações docentes. (MUNIZ, 2021). Continuar a formar professores que se concentram tão somente em suas disciplinas ou em conteúdos a serem ministrados sem uma associação direta entre esses conteúdos, conhecimentos e habilidades pedagógicas que fazem com que o aprendizado se efetive, é preparar professores para um tempo e sociedade que não são os que eles encontrarão para atuarem.

Como bem observa Dayrell (2008) os problemas observados na relação escola e alunos, especialmente, entre escola e os jovens, não pode ser explicada em si mesma, uma vez que estão relacionadas a problemas que se inserem no campo das transformações sociais do nosso tempo.

O problema não se reduz nem apenas aos jovens, nem apenas à escola, como as análises lineares tendem a conceber. Essa relação e seus desafios remetem a questão muito mais amplas, situando-as no bojo das mutações profundas que vem vêm ocorrendo na sociedade ocidental, interferindo na produção social dos indivíduos e nos seus tempos e espaços. (Dayrell, p135, 2008)

Ainda segundo Dayrell (2008) os problemas relacionados à escola são vistos pelos profissionais da educação como sendo de responsabilidades dos jovens que cada vez mais individualistas e imbuídos de um perfil hedonista não cumprem seu papel como estudantes e bons alunos. Diante desse aspecto, percebe-se que a ideia de responsabilização de alunos diante de algum indício de fracasso escolar, permanece como uma tendência entre os professores que pouco observam em suas práticas com vistas e entender esses processos.

Essa discussão importa para os propósitos desse artigo uma vez que as dificuldades de aprendizagem serão analisadas aqui na perspectiva dos docentes. Analisaremos como os professores percebem as dificuldades de aprendizagens e mais do que isso, como lidam com elas no cotidiano escolar. Não é difícil imaginar, a partir do que foi apresentado até aqui, que grande parte dos professores observam as dificuldades de aprendizagem de seus alunos como um fator que diz respeito exclusivamente a eles ou a outros profissionais, mais notadamente, os profissionais da saúde. Quando as explicações não são buscadas em aptidões cognitivas ou na falta delas, elas percorrem o caminho do apontamento dos desinteresses ou do comportamento inadequado dos alunos.

Para cumprir o propósito de analisar como são vistas e tratadas as dificuldades de aprendizagem, a partir daqui analisaremos as questões que envolvem as definições do conceito “dificuldade” no campo das aprendizagens.

Como observa Chabanne (2006) “dificuldade é um termo que caracteriza momentaneamente o procedimento de uma pessoa em relação a um objetivo”. Nessa perspectiva a dificuldade existe quando uma pessoa encontra algum impedimento para cumprir um propósito.

Note que na concepção de Chabanne (2006) as pessoas não possuem dificuldades, elas podem estar com dificuldades. A escolha do verbo estar no lugar de ter traz implícito a ideia de que os indivíduos não são limitados de forma definitiva ou completa, antes, eles se encontram em um momento em que algumas tarefas se apresentam a eles como um obstáculo. Colocar as dificuldades de aprendizagem nesse lugar de análise, faz com que as vejamos não como patologias ou como um objeto em si, mas como um aspecto de um tempo e condições específicas.

Avançando na discussão, Chabanne (2006) afirma que as dificuldades de aprendizagem, em sua compreensão, estão dentro da normalidade. Uma vez que ter dificuldades pode ser visto como algo normal e uma etapa de um processo autêntico de aquisição de conhecimento e habilidades que

deve contar com algum grau de dificuldades por parte de quem está aprendendo.

Nessa perspectiva, as dificuldades de aprendizagem, pensadas de forma ampla e coerente com o processo de aquisição de conhecimento, devem ser vistas não como algo acidental ou estranho ao processo de aprendizagem. Para Chabanne (2006), elas devem ser vistas como parte normal de processos em que as pessoas aprendem coisas novas. Dessa forma, as dificuldades de aprendizagem podem variar em tipos e níveis, mas, de toda forma, não devem ser vistas como se fossem algo acidental ou não esperado.

Nesse ponto se encontra uma das grandes dificuldades para a análise das dificuldades de aprendizagem dentro dos ambientes escolares ou outros ambientes educativos. O cenário que temos aponta para uma realidade em que a visão das dificuldades de aprendizagem traz uma imagem de elementos estigmatizantes, inapropriados e com uma forte perspectiva patológica. Essa visão nos parece ser predominante entre a comunidade escolar e principalmente entre os professores. Esse tipo de percepção tem colaborado para que muitos docentes não se vejam capacitados para lidarem com situações em sala de aula que contem com alunos que apresentem algum tipo de dificuldade de aprendizagem.

Nos incomoda a falta de percepção docente do caráter fluido e processual da aprendizagem. Com isso queremos dizer que, alunos que apresentam grandes dificuldades para aprenderem determinados conteúdos podem e certamente terão mais facilidade na compreensão de outros conteúdos de uma mesma área do conhecimento ou de outra área. Além disso, os alunos também podem apresentar grandes dificuldades de aprendizagem em um determinado momento da vida escolar e em outros momentos, já não apresentaram as mesmas características nesse aspecto. A experiência docente deveria mostrar essas possibilidades com mais clareza aos professores.

Talvez, o formato em que se encontra organizada a educação crie empecilhos para que essas possibilidades possam ser percebidas pelos docentes. Nem sempre o tempo com que as crianças e adolescentes ficam em uma mesma série é tempo suficiente para que a evolução seja percebida. Em alguns casos, essa evolução é notável em um ano ou até em menos tempo. Em muitos outros casos, não. Ainda assim, o tempo necessário para a superação das dificuldades leva em conta também o tempo em que nenhuma evolução nesse sentido foi percebida. A falta de percepção da evolução de um aluno no processo de desenvolvimento de habilidades e construção de conhecimento, não é um tempo perdido. Ele é importante para o processo como um todo. Além disso, muitas vezes pequenos progressos não são percebidos ou evidenciados pelos professores, por não corresponderem com aquilo que os professores esperam que ocorra naquele período. Nesse ponto, podemos dizer que temos um desencontro entre expectativa e progresso real.

Para finalizar a discussão dessa questão, queremos também evidenciar que a crescente

patologização das dificuldades de aprendizagem é uma questão que, em certa medida, prejudica a discussão sobre as dificuldades de aprendizagem entre os profissionais da educação, especialmente entre os professores. Não se trata de negar a existência de algumas dificuldades de aprendizagem que se processam no âmbito de áreas especializadas do conhecimento relacionadas à área da saúde e que devem ser percebidas dessa maneira. O que se observa é que tem ocorrido uma generalização da ideia de que as dificuldades de aprendizagem devem ser vistas pelo prisma da lógica transtorno/doença e diante disso os professores podem pouco ou nada fazer.

Em grande medida, isso ocorre, em função de uma tendência observada por Weiss e Cruz, (2007) em que, no contexto educacional atual os professores apresentam enormes dificuldades de distinguir os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem daqueles que apresentam os chamados distúrbios de aprendizagem. Ainda para as autoras é importante evitar o processo de enumerar sintomas de patologias, responsabilizando o próprio aluno pelo fracasso ou dificuldades encontradas durante sua aprendizagem, o que colabora para a rotulação desses alunos.

Corroborando a perspectiva de Chabanne (2006), Weiss e Cruz (2007) apontam que “as dificuldades no processo de aprendizagem têm caráter provisório e são provenientes de desarticulações no processo de aprendizagem do sujeito”. Além disso, apontam que os termos dificuldades, distúrbios e transtornos de aprendizagem são tomados como sinônimos de forma equivocada por grande parte dos profissionais da educação.

A partir daqui, seguindo com essa perspectiva, apresentaremos e discutiremos algumas percepções docentes que exemplificam e colaboram para pensarmos essas questões. Voltando às ideias apresentadas no início do texto, a relação entre formação docente, percepção docente, em parte definida pela formação, e dificuldades de aprendizagem serão discutidas para percebermos em que medida essa relação acontece.

2.1 O QUE OS PROFESSORES PENSAM SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E COMO SE COMPORTAM FRENTE A ELAS.

Para analisar a forma como os professores percebem e trabalham com as dificuldades de aprendizagem, é útil entender como esses profissionais entendem a inclusão escolar. Esse entendimento evidencia o processo que tratávamos anteriormente neste artigo, em que os profissionais da educação têm sido levados a pensar as dificuldades de aprendizagem em um sentido predominantemente patológico. Grande parte dos professores tem estabelecido relação direta entre a ideia de inclusão e os transtornos específicos, ou deficiências físicas e mentais, manifestadas em uma quantidade cada vez maior de alunos presentes nas escolas de Educação

Básica.

Reforçando essa tendência, a quase totalidade dos professores que participaram desse estudo, ainda que escolhidos aleatoriamente entre os professores de uma cidade, já haviam trabalhado ou estavam trabalhando no período da pesquisa com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e apresentaram laudos médicos na escola, diagnosticando suas condições e trazendo indicações de procedimentos que poderiam colaborar para melhorar os níveis de aprendizagem de cada um deles.

Confirmando os apontamentos de alguns autores que ressaltam a importância do saber experiencial entre os professores (GATTI, 2010), é muito destacado o valor que os docentes dão ao conhecimento adquirido com a experiência da sala de aula em detrimento do saber adquirido nos bancos escolares durante a formação acadêmica. Essa percepção pode ser explicada pelo fato de muitos dos professores não terem tido em sua formação disciplinas e momentos para discutirem as dificuldades de aprendizagem e o tema da inclusão na escola. Nem tampouco, espaço adequado para tratarem das diversidades culturais entre os alunos, o que poderia colaborar de forma significativamente para um olhar diferente para os alunos e para o próprio processo pedagógico em si. Isso porque o entendimento das diversidades traz consigo o entendimento de que a forma de aprender, conjugada com o tempo e forma em que ela se processa, pode ocorrer também de forma diversificada.

O trabalho de campo desse estudo mostrou que poucos profissionais da educação pensam a inclusão escolar relacionando-a às diversidades e comportamentos que não tem relação com quadros clínicos, amparados ou não por laudos que diagnosticam e indicam formas de tratar e lidar com esses alunos. Predominantemente, ao se referirem à inclusão, esses profissionais pensam em alunos que apresentam algum tipo de transtorno ou distúrbio da aprendizagem, como TEA – Transtorno do Espectro Autista, TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TOD – Transtorno Opositor Desafiador, Disgrafia, Dislexia, Discalculia e tantos outros presentes nos laudos cada vez mais frequentes no ambiente escolar.

Evidentemente inclusão tem a ver com essas situações, mas o que queremos deixar claro aqui é que o tema da inclusão é bastante mais abrangente e que a postura e forma de ver a realidade escolar por parte dos professores, guarda relação com a maneira como percebem as dificuldades de aprendizagem e a diversidade nos contextos escolares. Temas essencialmente pedagógicos, como as dificuldades encontradas pelos alunos no percurso da escolarização; a falta de interesse pela escola; a dificuldade de concentração, muitas vezes advinda da situação anterior; comportamentos inadequados em relação aos colegas ou à professores e a necessidade de incluir todos os membros das comunidades escolares nos processos pedagógicos de forma eficaz, vem ganhando ares médicos

e cada vez mais de forma bastante especializada.

O que se observa é que os professores não têm percebido, como sugere Dayrell (2008), que muitas das manifestações problemáticas em contextos escolares, das quais as dificuldades de aprendizagem são parte, tem relação com uma sociedade na qual estamos inseridos, que em função da velocidade e variedade de suas transformações, faz com que os jovens vejam a escola como uma instituição desinteressante e, por vezes, sem propósito.

Obviamente que a educação precisa de um olhar interdisciplinar e, mais do que isso, alguns alunos precisarão de todo aparato médico especializado para conseguirem aprender mais e melhor. No entanto, o que se discute aqui é como essa questão está banalizada e tomou conta, ao menos em parte, da visão docente sobre a aprendizagem. Percebemos isso como um problema que precisa ser evidenciado e discutido entre os profissionais da educação.

Quando questionados sobre o que se entende por dificuldades de aprendizagem, muitos professores responderam utilizando termos e ideias claramente associadas ao discurso predominante que aproxima o fenômeno das dificuldades de aprendizagem à condições patológicas. Termos encontrados nas entrevistas como, “*casos severos*”, “*deficiência*”, “*APAAE*”, “*AEE*”, “*na realidade o que temos é a exclusão*”, “*PCD – Pessoas com Deficiência*”; “*Deficiência física*”, “*alunos com necessidades especiais*”, “*a inclusão não existe*”, evidenciam essa visão.

Corroborando essa perspectiva, uma professora entrevistada da área de linguagens, que trabalha a mais de dez anos na educação, observa que:

Também percebo excesso de patologização de características inerentes ao padrão e ao não padrão social. Exemplo: uma criança tímida, que acaba de retornar para as aulas presenciais depois de vivenciar aulas em sua casa no formato online, ser vista como alvo de patologização antes de ser ouvida sua individualidade e as mudanças que estão vivenciando em relação ao outro e ao mundo. (SIC).

Nesse caso, temos uma profissional que já observa essa tendência entre seus pares. Diante disso, fica evidente que no imaginário e cotidiano dos professores, as dificuldades de aprendizagem são percebidas como manifestações que não estão no campo das diversidades e das múltiplas possibilidades de ser de cada aluno. A tendência tem sido que os profissionais da educação associem o tema da inclusão aos alunos que apresentam patologias que em grande parte dos casos são elementos que interferem diretamente na capacidade do educando de aprender ou se socializar. E da mesma forma, a ideia de dificuldade de aprendizagem, na concepção dos professores, também orbita nesse cenário.

As implicações dessa postura é que cada vez mais a escola é mesmo inclusiva. Grande parte dos professores vem de espaços acadêmicos formativos que não dedicaram atenção ao tema das

diversidades ou mesmo das dificuldades de aprendizagem que seriam encontradas pelos professores nas salas de aula. Embora sejam dois assuntos que poderiam ser tratados de forma separadas, percebemos vantagens em sua abordagem intercambiável. Tratar as dificuldades de aprendizagem como uma possível manifestação das diversidades entre os alunos é uma abordagem interessante.

No entanto, o que se observa é que a maior parte dos professores não tiveram contato com essas temáticas em suas trajetórias acadêmicas e os que tiveram não consideram que esse contato tenha sido suficiente e efetivo. Os poucos professores que declararam que tiveram alguma formação na área da inclusão, de forma paradoxal, apontam que não consideram que a formação recebida deu a eles condições de atenderem as demandas dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, os professores percebem que a educação não é inclusiva. E isso eles atribuem ao fato de a escola enfrentar muitos desafios com a falta de profissionais adequados e com o número de alunos em cada sala. Na concepção de uma das professoras entrevistadas:

A escola não é inclusiva realmente. É um grande desafio na prática escolar. Pois faltam profissionais específicos para tratarem das especificidades de cada aluno. O professor regente faz o que é possível no contexto da sala de aula.” (Professora dos anos iniciais, com mais de 10 anos de profissão)

Uma outra professora também do segmento dos anos iniciais, atribui o fato da escola não ser inclusiva efetivamente porque muitos municípios contratam pessoas sem qualificação profissional para trabalhar com alguns alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem. Aqui, a docente chama a atenção para um aspecto realmente importante. Primeiro, mais uma vez a ideia de inclusão e dificuldades de aprendizagem está claramente relacionada à ideia dos transtornos e de manifestações patológicas entre as crianças que se encontram na escola. Segundo a professora se mostra preocupada com o fato de algumas redes de educação deixarem alunos com algum transtorno sob a responsabilidade de estagiários que, geralmente, ainda não se sentem ou não estão preparados para lidarem com tamanho desafio de acompanharem alunos com algum laudo médico e contribuir de forma eficaz para seu desenvolvimento. Para essa professora:

A educação inclusiva não é realmente inclusiva porque muitos municípios contratam pessoas sem qualificação profissional para auxiliar estas crianças. (Professora dos anos iniciais, com menos de 5 anos de profissão).

Nos dois casos, a discussão se concentra na falta de qualificação profissional para trabalhar

com alunos inclusos ou que apresentem algum tipo de dificuldade de aprendizagem. No primeiro caso, a professora menciona a falta de profissionais diversificados para lidarem com os alunos em suas especificidades e no segundo, a professora chama a atenção para o fato de estagiários(as), acompanharem os alunos assistidos por essa possibilidade.

Trazendo uma terceira percepção sobre a educação ser ou não inclusiva, de uma professora que trabalha no fundamental II, percebemos que a questão da formação deficitária dos professores, abordada anteriormente, aparece como fator relevante, junto da dificuldade da relação escola e família.

Considerando que a inclusão é ainda recente na Educação no Brasil, muito ainda precisa ser discutido. A própria formação acadêmica não desenvolvia ações para que os professores estivessem aptos para tal. Além disso, ainda permanece o desconhecimento das legislações acerca desse tema por parte de muitos docentes e da própria sociedade. Destaca-se ainda, a dificuldade em atender todos os sujeitos em horários relativamente pequenos e a resistência das famílias. (Professora do Fundamental II, da área das Ciências Humanas e com mais de 10 anos de profissão).

Outro aspecto que consideramos relevante é que os professores ainda têm considerado que o principal agente para um bom desempenho e aprendizagem dos alunos é o próprio professor. Essa crença embora interessante em algum aspecto, no sentido de poder ser aproveitada para que o professor se dedique a fazer com que seus alunos aprendam cada vez mais e melhor, também pode centralizar a visão nos docentes prejudicando as diversidades encontradas entre os alunos.

O risco que percebemos nessa percepção é que os professores ao se verem como os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, acreditem que o conteúdo e a forma de suas aulas serão os principais elementos definidores da aprendizagem dos alunos. Que suas performances sejam o elemento definidor de como e quanto os alunos aprenderão. Essa postura pode omitir a variedade de formas de aprender dos alunos em uma mesma classe e a importância de outros elementos que extrapolam exposição e trabalho com o conteúdo escolar. Portanto, perceber que a aprendizagem se processa de forma multifacetada e que por isso, de forma muito complexa envolvendo professor, aluno, família, condições físicas, emocionais e até mesmo de ambiente, favorece o pensamento sobre a aprendizagem.

Mesmo com esses apontamentos necessários, é bastante profícuo destacar o papel do professor em toda essa discussão sobre uma escola inclusiva. Seguramente, sabemos que a inclusão extrapola o tema das dificuldades de aprendizagem e se refere à uma rede bastante complexa de relações e condições sociais de aprendizagens ou não. Ainda assim, queremos destacar o papel importante que o professor pode mesmo desempenhar para amenizar os problemas criados nas escolas pela inadequação com as chamadas dificuldades de aprendizagem.

Primeiramente, é urgente entender que dificuldades de aprendizagem nem sempre estão relacionadas à transtornos, patologias, deficiências ou limitações físicas ou psíquicas que alguns alunos podem apresentar no ambiente escolar. As dificuldades devem passar a ser vistas como sugere Chabanne (2006), como algo normal e esperado nos processos de aprendizagem de indivíduos que estão adquirindo conhecimentos e habilidades. Isso poderia colaborar para que a infância e principalmente as relações entre crianças e escolas não fossem patologizadas de forma tão trivial e, muitas vezes, de forma inadequada.

Além disso, deve-se entender que muitas das coisas que são consideradas dificuldades de aprendizagem na escola não são efetivamente dificuldades, mas sim posturas que tem relação com as diferenças que nos seres humanos trazemos em nossas concepções de mundo e sobre nós mesmos. O ritmo que as crianças imprimem em suas performances na escola, a forma mais ou menos dedicada como fazem as tarefas escolares, a importância que dão para alguns conteúdos e a irrelevância que dão para outros, pode não ter relação alguma com dificuldade ou facilidade. Muitos desses cenários podem ser passageiros, ter a ver com momentos e inclusive próprio do processo de desenvolvimento da criança. Ou ainda, como sugerido por Dayrell (2008), guardar relação com o descompasso entre a sociedade em que a escola está inserida e a forma de ser da escola.

Em terceiro lugar, a diversidade deve ser tema obrigatório na escola desde a educação infantil. Se conseguirmos isso, passaremos a ver de forma mais assertiva o que são as dificuldades de aprendizagem, o que é verdadeiramente a inclusão e perceberemos que a escola é um lugar da diferença e que a infância não pode ser tão trivialmente patologizada, como temos caminhado para pensar cada vez mais rápido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve alterar a forma como tem percebido a infância. Não teremos mais crianças como há uma ou duas décadas. A velocidade com que a sociedade se altera é tamanha que o que os professores aprendem nos primeiros anos de formação docente podem não ter utilidade para trabalharem efetivamente com crianças e jovens dentro das escolas já no início de suas carreiras, tão logo terminem suas graduações. Diante de um cenário tão desafiador, focar e considerar as diversidades pode ser uma boa opção para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico mais eficaz e em sintonia com nossa sociedade.

Estamos inseridos em um contexto em que a escola parece ter encontrado na medicina e na trivialidade dos laudos médicos, um pretexto para justificar seus inúmeros problemas relacionadas à aprendizagem de seus alunos. Nesse sentido, as dificuldades de aprendizagem têm sido tratadas

como problemas sem soluções pedagógicas. A confusão, talvez até desejada por nós professores, entre dificuldades, transtorno e distúrbio de aprendizagem, precisa ter fim. Em enorme quantidade dos casos, os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem são percebidos como detentores de alguma manifestação patológica que os impedem de aprender e a partir disso, a escola ganha uma espécie de salvo conduto para justificar o pouco aprender e se desenvolver dessas crianças.

É necessário mudar o prisma das dificuldades de aprendizagem. Estamos diante de um cenário em que os professores chegam nas escolas com uma formação inicial pouco comprometida com o tema das dificuldades de aprendizagem que serão encontradas nas salas de aula. Isso, em parte, se deve ao fato de não terem em suas formações espaços significativos para discutirem as diversidades que explicam as variedades de pessoas, posturas, interesses, capacidades e formas de existir e de aprender.

Como grande parte dos professores entendem que os conhecimentos e aprendizagens que se processam durante o cotidiano docente são mais importantes para a prática do professor, o que se verificou neste estudo e que também já vem sendo apontado por pesquisadores da área, é que inserir o tema da diversidade no dia a dia dos professores brasileiros é uma necessidade. Essa é uma estratégia para combater o olhar generalista que predomina entre os docentes de que todos devem e podem aprender da mesma forma e ao mesmo tempo, e que quem não está apto a isso deve ser visto a partir do prisma das patologias.

Ressaltamos, mais uma vez, que não se trata de desmerecer a importante função de outras ciências atuando no campo educacional como auxiliadoras do entendimento e do melhoramento dos processos pedagógicos. Nossa pretensão com esse artigo é, primeiro, chamar atenção para a forma como os professores têm tratado as dificuldades de aprendizagem na perspectiva da patologização dessas manifestações. Mostrando como essa postura se relaciona, primeiramente com a formação docente. E em segundo lugar, defender que o trabalho com o tema das diversidades pode ser um caminho interessante para que professores e demais profissionais da escola tenham uma melhor visão e postura sobre o cada vez mais crescente número de alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprender e se comportar no padrão hegemônico que nos acostumamos a pensar sobre como devem ser nossos alunos e como devem funcionar nossas escolas.

REFERÊNCIAS

ARROIYO, MIGUEL G.. Introdução: os coletivos diversos repolitizam a formação. In: Pereira, Júlio Emílio Diniz; Leão, Geraldo (orgs). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CHABANNE, Jean-Luc. **Dificuldades de aprendizagem: um enfoque inovador do ensino escolar**. São Paulo: Ática, 2006. 159 p. ISBN 85-08-10523-1.

DAYRELL, Juarez. Escola e juventudes: desafios da formação de professores em tempos de mudança. In: Pereira, Júlio Emílio Diniz; Leão, Geraldo (orgs). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GATTI, Bernadete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, nº 113, p. 1.355-1.379, out./dez. 2010.

MUNIZ, Luciano Borges. **A diversidade e a indiferença na escola**. 1. ed. Pará de Minas: Virtual Books, 2021. v. 1. 110p.

PRADO, Guilherme do Val Toledo. **Narrativas pedagógicas: indícios de conhecimentos docentes e desenvolvimento pessoal e profissional**. Interfaces da Educação, v. 4, p. 149-165, 2013.

WEISS, Ana Maria Cruz Monteiro, Lucia. Compreendendo os alunos com dificuldades e distúrbios de aprendizagem. In: Rosana Glat. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras. 2007.